

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, DESREGULAMENTAÇÃO E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED): O SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL

Altacir Bunde – Unipampa, Santana do Livramento – Rio Grande do Sul – Brasil
altacirbunde@unipampa.edu.br

RESUMO:

O presente artigo analisa os impactos provocados pela mundialização do capital, pela desregulamentação da economia e pelos investimentos externos diretos (IEDs) no setor sucroenergético brasileiro. No que se refere aos procedimentos metodológicos foram percorridas as seguintes etapas: pesquisa teórica e pesquisa documental. Como resultado, observa-se que após o processo de mundialização do capital e com a desregulamentação da economia brasileira e, conseqüentemente, do setor sucroenergético no Brasil, os IEDs chegaram ao setor por meio dos processos de F&As, o que provocou uma reorganização espacial, onde as empresas, especialmente as multinacionais, estão formando redes, cadeias de cooperação e firmando alianças com parceiros nacionais e, com isso, resgatando o pensamento liberal. O objetivo é monopolizar, tanto o mercado como a produção para repor os níveis de expansão e acumulação do capital.

Palavras-chave: Mundialização do capital. Desregulamentação. Investimento externo direto. Setor sucroenergético.

GLOBALIZATION OF CAPITAL, DEREGULATION AND DIRECT FOREIGN INVESTMENT (DFI): THE SUGAR-ENERGY SECTOR IN BRAZIL

ABSTRACT:

This article analyzes the impacts caused by the globalization of capital, deregulation of the economy and direct foreign investments (DFIs) in the Brazilian sugar and ethanol sector. As far as the methodological procedures were concerned, the following steps were taken: theoretical research and documentary research. As a result, it can be observed that after the process of globalization of capital and with the deregulation of the Brazilian economy and, consequently, of the sugar-energy sector in Brazil, the DFIs arrived at the sector through F&As processes, which provoked a spatial reorganization, where companies, especially multinationals, are forming networks, chains of cooperation, and entering into alliances with national partners and, thereby, rescuing liberal thinking. The objective is to monopolize both the market and production to restore levels of capital expansion and accumulation.

Key-words: Globalization of capital. Deregulation. Direct foreign investment. Sugar-energy sector.

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos do sistema capitalista, esse pode ser definido como um sistema econômico mundial. Essa ideia está relacionada à existência de um centro operacional global,

em que os elementos vão muito além de partes justapostas, apresentando interdependência entre si na busca e realização de um objetivo comum. O capitalismo nada mais é do que um conjunto de relações político-econômicas que tem por objetivo principal a acumulação de capital, sendo esse o principal agente no processo contínuo de reprodução de riqueza. Todavia, para que esse processo fosse possível, foi preciso criar e/ou impor aos países condições de mobilidade ao capital capaz de integrá-lo mundialmente.

Nesta fase do capitalismo de mundialização do capital e financeira, em que as transações e mercados financeiros ganham cada vez mais força no sistema econômico mundial, faz-se necessário, também, compreender as transformações da economia mundial, assim como seus reflexos nas sociedades. Um aspecto fundamental a ser considerado é a necessidade de se abrirem novas possibilidades de investimentos por meio da desregulamentação da economia. Ou seja, para que o capital se mundializasse, fazia-se necessário realizar a liberalização e a desregulamentação dos mercados. Para ser mais específico, derrubar as barreiras territoriais para que o capital se integrasse territorialmente, sem nenhum obstáculo, em nível mundial.

Para Michalet (2003), as mudanças ocorridas no processo de mundialização foram acompanhadas por um novo recorte espacial/territorial que também acabou por provocar uma nova configuração da mundialização, agora mundializada, sob o controle dos oligopólios privados multinacionais industriais e financeiros. E, nesse processo, não existe um princípio autorregulador. Ou seja, segundo o autor, a abertura econômica é indispensável ao crescimento das economias capitalistas e a mundialização, além de inerente ao capitalismo, por isso não deve ser reduzida a simples relações de intercâmbio comercial.

Embora existam diversos caminhos que podem ser percorridos para analisar a mundialização, optamos em nosso artigo pelas abordagens de Chesnais (1995) sobre o conceito de mundialização do capital. Isso porque,

O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados (e também as formas de mercado) internos, até mesmo nos países mais fortes. A mundialização do capital apresenta-se, portanto, como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1996, p 06).

É por meio dessa abordagem, da mundialização do capital e financeira que podemos entender as diferentes tramas envolvendo a estrangeirização do setor sucroenergético brasileiro.

No caso do Brasil, para viabilizar a liberalização e a desregulamentação, e com isso possibilitar a entrada dos IEDs, exerceu-se, com a conivência dos governos, à época, uma grande pressão política por parte dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) que passou a impor ajustes estruturais ao país, a partir do final da década de 1980 e começo da de 1990. Esse conjunto de ajustes criou um cenário favorável e atrativo para que os IEDs chegassem ao setor sucroenergético. Soma-se, também, a esses fatores a adoção de políticas neoliberais, a partir do final da década de 1980 que permitiram a circulação mundial de capitais e, conseqüentemente, as fusões e aquisições (F&As).

No que diz respeito aos IEDs e às F&As no Brasil, essas se aceleraram a partir dos anos de 1990, pós-desregulamentação da economia. Este processo levou o setor sucroenergético a uma nova configuração da acumulação capitalista no campo brasileiro, que levam à estrangeirização do setor, no Brasil.

Como destacado por Oliveira (2015), esse fenômeno é parte do processo de mundialização e de territorialização do capital multinacional monopolista, pois essa mundialização derrubou barreiras e, com isso, permitiu a territorialização do capital no setor sucroenergético, provocando uma reorganização espacial, em que as empresas, especialmente as multinacionais do setor sucroenergético, estão formando redes ou cadeias de cooperação com parceiros nacionais e internacionais e, com isso, resgatando o pensamento liberal, atuando no sentido de monopolizar tanto o mercado como a produção, com o objetivo de repor os níveis de expansão e acumulação do capital.

MUNDIALIZAÇÃO, MOBILIDADE GEOGRÁFICA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO CAPITALISMO MUNDIAL

Em seu livro, *O que é a Mundialização?*, Charles-Albert Michalet (2003) argumenta que a mundialização é, de um lado, entendida como a manifestação do horror econômico e, de outro, como a realização de uma promessa de felicidade para a humanidade, encerrando, definitivamente, a marcha da história. O autor procura construir sua análise da mundialização em torno da ideia de que “a mundialização é inevitável, ela é indissociável do funcionamento do próprio capitalismo” (Michalet, 2003, p. 10). No entanto, alerta que a mundialização não

permaneceu idêntica desde o início da conformação da economia-mundo, pois “suas *modalidades de existência* se transformaram ao longo da história” (Michalet, 2003, p. 10, grifo do autor).

Michalet (2003) argumenta que o abandono de algumas considerações de dimensão histórica do capitalismo acabou por conduzir a falsas pistas sobre o processo de mundialização do capital, fazendo com que ela fosse confundida com a extensão planetária da economia de mercado homogeneizador e com a deterioração progressiva do Estado-Nação. Para o autor, os equívocos dessas abordagens estão em: a) priorizar apenas a dimensão das trocas; b) privilegiar um único aspecto da mundialização quando, na verdade, sua dinâmica produz, no mesmo movimento, diferenciações; e, c) a oposição capitalismo nacional e capitalismo mundial é, pois, falsa, porque o capitalismo sempre ultrapassou seu espaço de origem.

Ao fazer uma ‘nova’ abordagem da mundialização, Michalet busca em autores, como: A. Smith, D. Ricardo, K. Marx, R. Luxemburgo, V. Lênin, P. Baran e P. Sweezy, demonstrar que a abertura econômica é elementar ao crescimento das economias capitalistas e que a mundialização, além de inerente ao capitalismo, não deve ser reduzida, apenas, ao intercâmbio comercial.

Propondo responder à pergunta: *O que é a mundialização?*, Michalet afirma que a mundialização pode ser caracterizada por sua multidimensionalidade – dimensão das trocas de bens e serviços, mobilidade da produção de bens e serviços e circulação dos capitais financeiros.

Para o autor, a prevalência de uma dessas dimensões, com taxa de crescimento maior que as demais, com investimentos mais rentáveis que as demais e com uma racionalidade dos operadores da dimensão dominante, caracteriza uma configuração da mundialização do capital. Buscando fazer uma nova abordagem sobre a mundialização, Michalet trata esse processo como um fenômeno complexo e avança a proposição de que houve três configurações da mundialização, a saber: a) internacional; b) multinacional; e, c) global.

Entre os seguidores das teses de Michalet sobre a mundialização do capital, está outro francês, o economista François Chesnais. O termo francês “*mondialisation*” (mundialização) encontrou dificuldades para se impor, segundo Chesnais (1996), porque: a) o inglês é o veículo linguístico por excelência do capitalismo; b) os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas *business schools*; c) o

termo “mundialização” tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização”.

Nesse sentido, para o autor, o termo “mundial”:

[...] permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. E isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Para o autor, os mais fortes desses países julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou, enquanto os demais estão paralisados ao tomarem consciência, por um lado, de sua perda de importância e, por outro, do caminho que vão ter de percorrer para “adaptar-se”, tanto às novas exigências e obrigações como descartar qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo.

Para Chesnais (1996), a globalização é a expressão das “forças de mercado” por fim liberadas dos entraves nefastos erguidos durante a metade do século XX. Para o autor a mundialização não se restringe apenas aos fluxos comerciais, mas, sim, também, às atividades financeiras. Para o autor, a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, mas distintos: acumulação ininterrupta do capital e das políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento, de conquistas sociais e democráticas.

Referindo-se ao papel exercido pela tecnologia e pelas relações capital-trabalho, Chesnais (1996) argumenta que o grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentradas (“industrializadas”), bem como a espetacular recuperação de rentabilidade do capital investido nesses setores, deve-se à ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais, quais sejam: Lean production (sem gorduras de pessoal); terceirização a la Toyota; Just-in-time e Kanban.

Chesnais (1996), ao analisar o capitalismo mundial no final do século XX (anos de 1990), argumenta que, o momento, a *fase* atual do capitalismo que o mundo está vivenciando é a *fase* da mundialização do capital. Para o autor, nessa “nova fase”, aspectos importantes da mundialização do capital devem ser considerados, especialmente os IEDs.

Segundo o autor, o IEDs suplantou o comércio exterior e caracteriza-se pelo alto grau de concentração dentro dos países. No entanto, se o capitalismo monopolista transnacional exerce sua dominação política e social na esfera das mercadorias, o mesmo não acontece no movimento de acumulação de capital. Por isso, outro ponto importante a ser observado, nesta fase atual do capitalismo, segundo o autor, é: quem comanda a economia?

Quem dita às regras no movimento de acumulação de capital? Quem está no topo da hierarquia?

Sem titubear, Chesnais (1998) afirma que a hegemonia e o comando, na atual fase do capitalismo, são do capital financeiro, das instituições financeiras. No entanto, ele faz uma ressalva: no mundo das mercadorias, o comando é dos grupos transnacionais oligopolistas. Além disso, afirma que, por detrás de todo esse processo, existe o comando das poderosas instituições financeiras: bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo. E são esses investidores que vêm se tornando os proprietários-acionários dos grupos de investimentos. São proprietários possuidores de estratégias desconhecidas da exigência da produção industrial e extremamente agressivas no plano do emprego e dos salários. São esses grupos os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Portanto, nesta fase do capitalismo de mundialização do capital e financeira, em que as transações e mercados financeiros ganham cada vez mais força no sistema econômico mundial, faz-se necessário, também, compreender as transformações da economia mundial, assim como seus reflexos nas sociedades. Um aspecto fundamental a ser considerado é a necessidade de se abrirem novas possibilidades de investimentos por meio da desregulamentação da economia. Ou seja, para que o capital se mundializasse, fazia-se necessário realizar a liberalização e a desregulamentação dos mercados. Para ser mais específico, derrubar as barreiras territoriais para que o capital se integre territorialmente, sem nenhum obstáculo, em nível mundial.

No caso do Brasil, para viabilizar a liberalização e a desregulamentação, e com isso possibilitar a entrada dos IEDs, exerceu-se, com a conivência dos governos à época, uma grande pressão política por parte dos organismos internacionais, como o FMI que passou a impor ajustes estruturais ao país, a partir do final da década de 1980 e começo da de 1990.

No que diz respeito à economia brasileira, a partir de meados da década de 1980, deu-se início no Brasil a um processo amplo e generalizado de desregulamentação que foi intensificado a partir dos anos de 1990 com a chegada de Fernando Collor de Mello ao governo, abrangendo diversas cadeias agroindustriais, entre elas, a do setor sucroenergético. Esse processo provocou enormes alterações econômicas, sociais e institucionais, já que se eliminaram um conjunto enorme de regras, muitas das quais já em vigor há mais de 50 anos.

Com Collor no poder, deu-se início uma ruptura que marcou profundamente a trajetória brasileira da economia no que diz respeito à sua desregulamentação. Segundo Rego

(2000), Collor deu início a redução da tarifa nominal média de importação, de cerca de 40%, em 1990, até atingir 13%, em 1995, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Segundo Moreira e Correia (1997), em 1990, no governo Collor, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que extinguiu a maior parte das barreiras não tarifárias herdadas do período de substituição de importações e se definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se dariam gradualmente entre 1990 e 1994. No entanto, o cronograma tarifário foi mantido somente até outubro de 1992, quando ocorreu uma antecipação das reduções previstas para 1993 e 1994.

Em 1995, com o Plano Real já em vigor e as políticas de integração comercial do MERCOSUL em andamento, a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e proteção (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura. Para Moreira e Correa (1996), esse período se caracterizou por um processo de abertura comercial abrangente, que se iniciou no governo Collor e se estendeu até o governo Fernando Henrique. A integração comercial brasileira ocorreu no contexto de uma nova ordem mundial, a globalização, baseada nos moldes do chamado Novo Regionalismo, caracterizada pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais.

No que se refere ao setor sucroenergético, segundo a União da Indústria de Cana de Açúcar (ÚNICA), esse era um dos mais controlados administrativamente pelo Estado brasileiro até o final da década de 1990. Para se ter uma ideia, desde a década de 1930 o governo estabelecia a produção no setor, incluindo fixação de cotas de produção de açúcar e de álcool para cada unidade industrial, também se encarregava da comercialização dos produtos produzidos, seja ditando os preços da tonelada da cana, do açúcar e do etanol. Além de determinar os respectivos compradores e vendedores para o álcool combustível, era ainda o responsável por toda a exportação do açúcar e de álcool produzido no Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988, se deu início a um período de desregulamentação do setor sucroenergético. A partir desse momento, ocorre o afastamento do Estado das atividades da agroindústria canavieira nacional. De agora em diante, como prevê o artigo 174 da Constituição, o Estado deve exercer apenas as funções de fiscalização, incentivo e planejamento do setor, sendo esse papel determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A ação do Estado nas atividades da agroindústria canavieira nacional, justificável quando se analisam os diversos movimentos de nossa história e da própria história mundial, não poderia ser mantida indefinidamente. Um novo modelo de gerenciamento, mais adequado aos princípios do Estado moderno, indutor da melhoria da qualidade, era necessário. Era preciso, sobretudo, dar cumprimento ao dispositivo da Constituição Federal de 1988 (artigo 174), segundo o qual o planejamento governamental para o setor privado, em vez de determinante, deve ser apenas indicativo (UNICA, 2007, p. 25).

Com essas mudanças ocorridas, surge um novo ambiente institucional a partir de 1990, quando se tem a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.)¹ e a desativação do Proálcool, enquanto programa governamental. A partir deste momento, ocorre o afastamento do Estado e dá-se início ao processo de liberalização e desregulamentação do setor sucroenergético no Brasil e se constitui um novo desenho institucional para o setor.

Segundo Moraes e Zilberman (2014), a abertura da economia brasileira afetou o setor sucroenergético no país, especialmente com a eliminação das barreiras à importação, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e devido à entrada do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que levou à derrubada das barreiras à exportação do açúcar brasileiro nos anos 2000.

Todavia, é importante frisar também que esse conjunto de fatores criou um cenário favorável e atrativo para que os IEDs chegassem ao setor sucroenergético brasileiro. Somase também a esses fatores a adoção de políticas neoliberais, a partir do final da década de 1980 que permitiram a circulação mundial de capitais e, conseqüentemente, facilitou os IEDs e as F&As.

INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS, FUSÕES E AQUISIÇÕES (F&AS) NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO

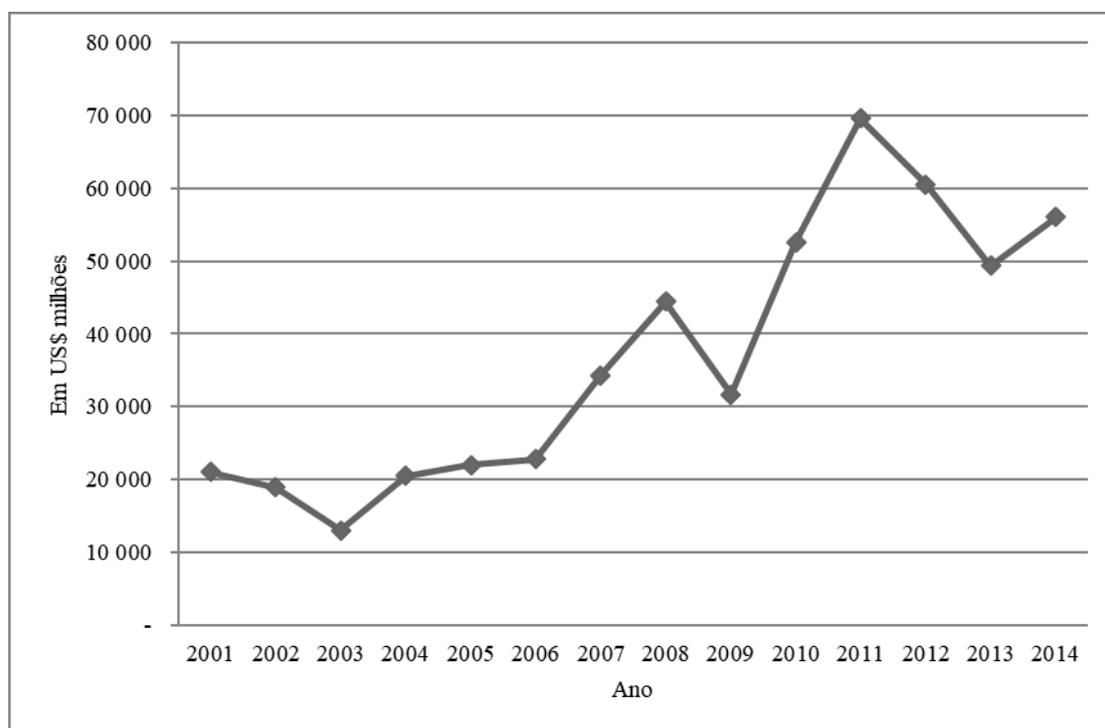
Os ingressos de IEDs (participação no capital), segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), no período que corresponde 2001 a 2014, como pode ser observado no Gráfico 01, o mesmo chegou ao seu pico máximo no ano de 2011, totalizando US\$ 69.530 bilhões. Sofreu uma queda no ano de 2009, logo após a crise de 2008, mas logo retomou seu

¹ O I.A.A. foi extinto pela Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990, transformada na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

crescimento. Já nos anos de 2012 e 2013, houve queda; no ano de 2014 os IEDs retomaram seu crescimento novamente².

Outro ponto importante a ser observado diz respeito à evolução dos ingressos de IEDs (participação no capital) por setor, classificado conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen) demonstrado no Gráfico 02. Como pode-se observar, o setor de serviços é o destino de grande parte dos IEDs no Brasil. Em seguida, vem a indústria e, em terceiro lugar, a agricultura, pecuária e extrativa mineral. Em última colocação, estão os IEDs relacionados a outros, esses se referem à aquisição e venda de imóveis.

Gráfico 01 – Brasil – Ingressos de investimentos estrangeiros diretos – Participação no capital – 2001 - 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, 2017

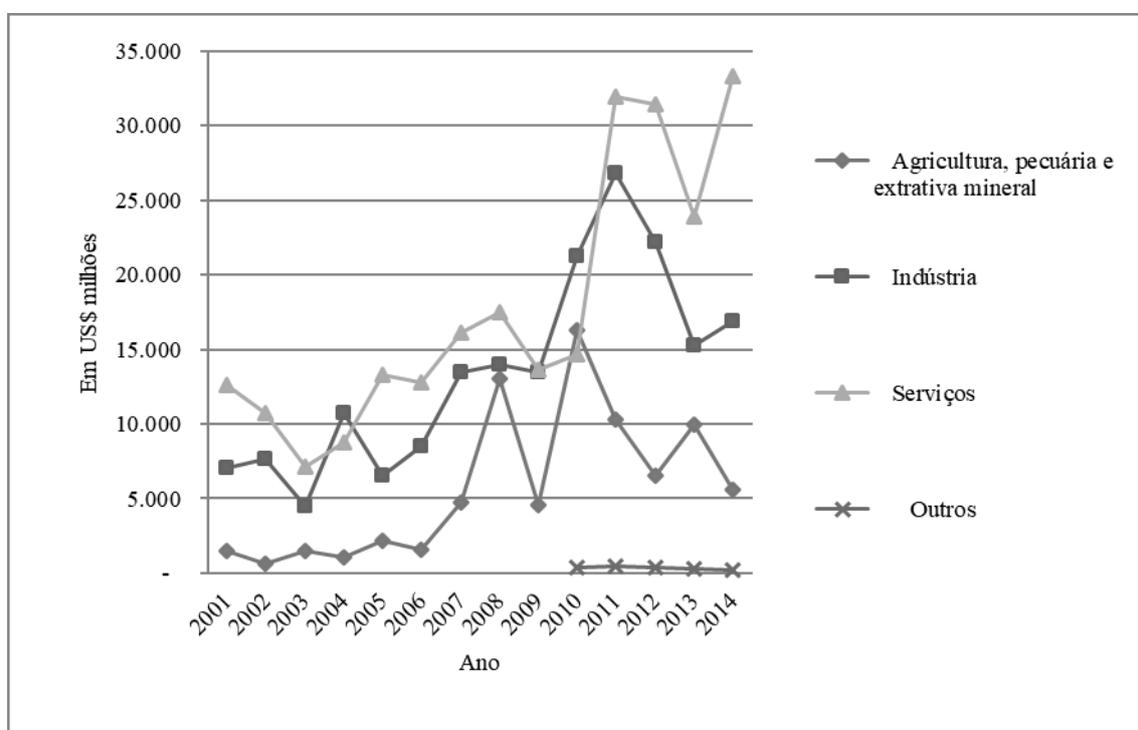
No que diz respeito ao destino dos ingressos de IEDs realizados em 2014 no Brasil (participação no capital), em percentual, por setor, 60 por cento foram destinados para o setor de serviços; 30 por cento, na indústria; 10 por cento, na agricultura, pecuária e extrativa

² Os dados do Bacen diferem dos apresentados pela UNCTAD, especialmente porque os que são registrados e divulgados pelo Bacen estão relacionados à participação no capital, e os da UNCTAD são valores totais.

mineral. Desse modo, só no setor primário, foram aplicados através do IED, em 2014, US\$ 5,6 bilhões.

No que diz respeito ao setor sucroenergético brasileiro, uma das formas da internacionalização do setor reside justamente nos IEDs, em especial, nas F&As de usinas, realizadas pelas grandes corporações multinacionais e/ou por grupos de investidores financeiros internacionais. A Tabela 01 mostram o número e a evolução de F&As ocorridas no Brasil, segundo dados da KPMG Corporate Finance, no período de 1994-2014.

Gráfico 02 – Brasil - Ingressos de investimentos estrangeiros diretos (participação no capital), por setor – 2001 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, 2017

No período correspondente (1994-2014), foram realizadas 9.721 F&As no Brasil. Esse processo ocorreu de forma mais acentuada a partir do ano de 2004, tendo uma queda no ano de 2009, em função da crise financeira internacional de 2008, mas, já em 2010, foram retomadas e chegou-se ao seu auge em 2011, com 817 F&As.

No que diz respeito às F&As no setor sucroenergético, não se têm dados disponíveis confiáveis anteriores ao ano de 2007, o que torna mais difícil a análise das ocorrências no setor, anterior a esse período. Isso ocorre porque os mesmos eram classificados como produtos químicos e petroquímicos. Foi somente a partir de 2007 que a KPMG Corporate

Finance elaborou uma nova categoria relacionada ao setor de açúcar e álcool. Na Tabela 02, podemos identificar o número de F&As realizadas no setor sucroenergético no Brasil, entre 2006 a 2014.

Tabela 01 - Brasil – Número de fusões e aquisições – 1994 -2014

Ano	Operações doméstica ³		Operações Cross Border ⁴		Total
	Nº	%	Nº	%	
1994	81	46,29%	94	53,71%	175
1995	82	38,68%	130	61,32%	212
1996	161	49,09%	167	50,91%	328
1997	168	45,16%	204	54,84%	372
1998	130	37,04%	221	62,96%	351
1999	101	32,69%	208	67,31%	309
2000	123	34,84%	230	65,16%	353
2001	146	42,94%	194	57,06%	340
2002	148	63,25%	86	36,75%	234
2003	139	60,70%	90	39,30%	229
2004	100	33,44%	199	66,56%	299
2005	150	41,32%	213	58,68%	363
2006	183	46,68%	209	53,32%	392
2007	333	49,19%	344	50,81%	677
2008	379	57,16%	284	42,84%	663
2009	219	48,24%	235	51,76%	454
2010	333	45,87%	393	54,13%	726
2011	410	50,18%	407	49,82%	817
2012	342	41,91%	474	58,09%	816
2013	365	45,85%	431	54,15%	796
2014	331	40,61%	484	59,39%	815
Total	4.424	45,51%	5.297	54,49%	9.721

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da KPMG Corporate Finance, 2015

³Transações de fusões e aquisições (F&As) domésticas são aquelas realizadas entre empresas de capital brasileiro.

⁴As operações de fusões e aquisições (F&As) *cross border* são aquelas nas quais as empresas adquirentes e adquirida estão sediadas em países distintos. Assim, são as operações de fusões e aquisições transfronteiriças.

Ao analisarmos a Tabela 02 e o Gráfico 03, verificamos que no setor de açúcar e álcool no Brasil, no período que corresponde de 2006 a 2014, ocorreram 132 F&As. Nesse período, destacam-se os anos de 2007 com 25, e o ano de 2011 com 26 ocorrências. No entanto, é possível verificar que esse processo, embora não se tenha dados confiáveis disponíveis, já vinha ocorrendo desde o começo dos anos 2000. Essa hipótese pode ser confirmada com a informação de que um dos primeiros grupos a fazer aquisições no setor sucroenergético foi o francês Louis Dreyfus. Portanto, os IEDs no setor sucroenergético brasileiro começaram no ano 2000 e se intensificaram entre os anos de 2007 e 2011, quando boa parte das usinas nacionais se encontravam endividada.

Tabela 02 - Brasil – Fusões e aquisições no setor de açúcar e álcool – 2006-2014.

Ano	Açúcar e álcool
2006	18*
2007	25
2008	14
2009	13
2010	26
2011	15
2012	10
2013	7
2014	4
Total	132

Fonte Elaborado pelo autor a partir de dados da KPMG Corporate Finance, 2015

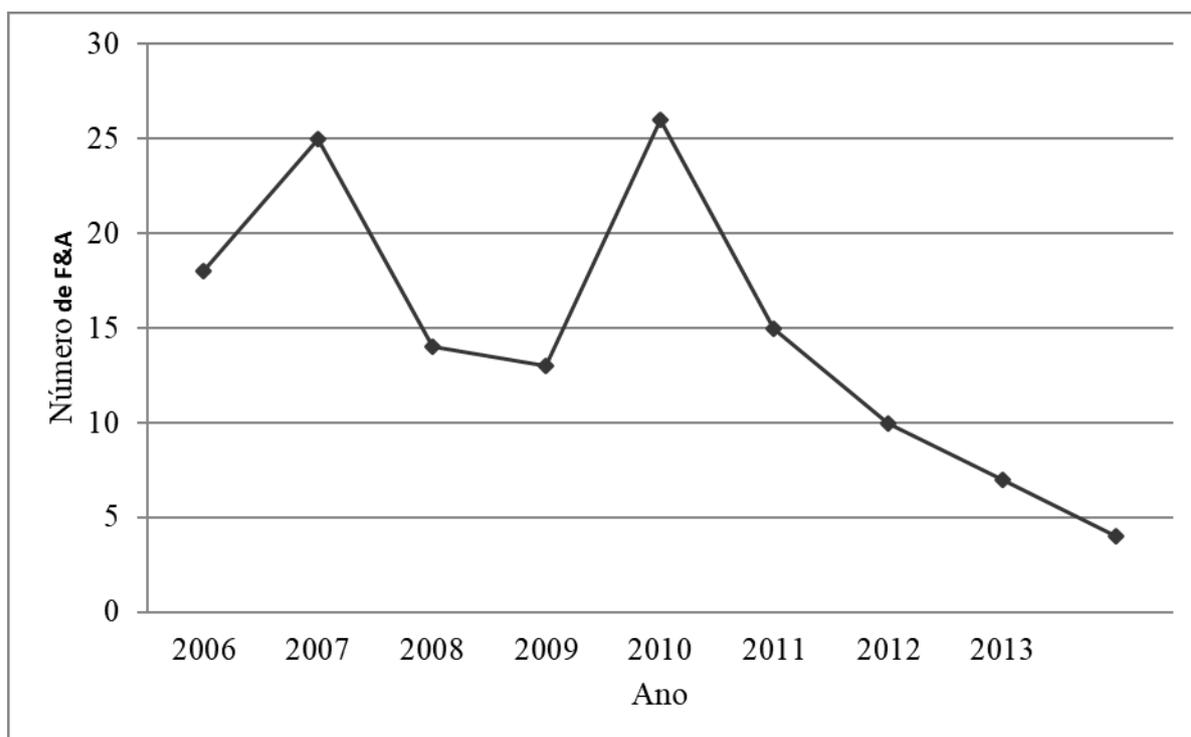
*Estimativa.

O número de F&As no setor sucroenergético brasileiro ocorreu por meio de distintas etapas. A primeira foi nos anos de 2001 e 2002, logo após a desregulamentação do setor. A segunda, a partir de 2006. Dessa forma, entre os anos de 2003 e 2005, houve pouca entrada de capital externo no setor e, portanto, poucas operações de F&A.

O primeiro foi marcado pelo processo de desregulamentação do setor e emergências das exportações brasileiras de açúcar, com as entradas de quatro empresas francesas, entre 2000 e 2001: duas *trading companies* (Louis Dreyfus Commodities e Sucden) e duas cooperativas agroindustriais produtoras de açúcar de beterraba (Union DAS/Tereos e Béghin-Say) [...] essas são controladoras interessadas no mercado de açúcar, e não no mercado de energia, e seus investimentos se deram em um momento no qual o etanol brasileiro ganhava

visibilidade internacional. Não houve investimentos estrangeiros nos quatro anos seguintes. Mas em 2006 verificou-se o segundo ciclo, com a necessidade do mercado internacional em etanol. Aumentou o número de empresas e de setores (petrolíferas, petroquímicas, entre outras), com 18 movimentações de investimentos diretos entre 2006 e 2008 no País. A crise econômica mundial no segundo semestre de 2008, no entanto, conteve essa euforia⁵.

Gráfico 03 – Brasil - Evolução do número de fusões e aquisições (F&As) no setor sucroenergético no Brasil – 2007-2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da KPMG Corporate Finance, 2015

Como podemos verificar, os franceses foram os primeiros a investir no setor. Posteriormente, vários outros grupos, com matrizes nos Estados Unidos e em diferentes países europeus e asiáticos, passaram a investir, dentre eles: Adecoagro, de George Soros; Cargill (EUA); L. Dreyfus (França); Tereos (França); Noble (Cingapura); Infinity Bio-Energy (RU); ADM (EUA); e Evergreen (RU).

O início do processo de internacionalização da indústria de etanol brasileira remonta a 2000, quando da aquisição de uma empresa nacional pelo grupo francês Louis Dreyfus. Os franceses foram, com efeito, os primeiros a aqui chegar. Desde então, vários outros grupos, com matrizes nos Estados Unidos e em diferentes países europeus e asiáticos, passaram a investir no setor. [...] os

⁵ Fonte: <http://jornalggm.com.br/blog/luisnassif/etanol-brasileiro-com-forte-sotaque-estrangeiro>. Acesso em: 18 de set. 2015.

principais grupos que passaram a operar em solo brasileiro. Dentre esses, cabe destacar: Adecoagro, de George Soros; Cargill (EUA); L. Dreyfus (França), Tereos (França); Noble (Cingapura), Infinity Bio-Energy (RU); ADM (EUA); e Evergreen (RU) (BENETI, 2008, p. 05).

O processo de estrangeirização do setor sucroenergético brasileiro se dá de várias formas, seja pelo processo de F&As, as *joint ventures*, as alianças, bem como outras formas de acordos estratégicos.

Esse processo de internacionalização assumiu vários matizes. Assim, incluiu as aquisições e fusões e também outras formas mais complexas e atuais de organização das atividades econômicas, quais sejam, as joint-ventures, as alianças e os variados acordos estratégicos formais na área da produção, do comércio, da pesquisa e da transferência de tecnologia.

No que diz respeito a esta última forma, é impressionante verificar a complexidade das relações econômicas que foram sendo estabelecidas entre os grupos estrangeiros, entre os grupos nacionais e entre os nacionais e os estrangeiros. Na realidade, formam um emaranhado tal que se torna muito difícil conhecer todas as conexões envolvendo os protagonistas do processo, a real importância de cada um e, no caso dos acordos de cooperação formal, a que novas instituições correspondem (BENETI, 2008, p. 05).

Diante do que se verificou, pode-se afirmar que o setor sucroenergético brasileiro, desde o ano 2000, vem sofrendo uma profunda e acelerada internacionalização dos seus ativos e da produção e, conseqüentemente, por uma estrangeirização de suas atividades e uma concentração e centralização de capital. Como relatado abaixo,

O processo de internacionalização provocou, direta e indiretamente, a centralização e a concentração da indústria de etanol, uma vez que uma das formas assumidas por ele foi a compra e a fusão de empresas nacionais, as quais se viram praticamente forçadas a acompanhar os grupos internacionais para garantirem sua sobrevivência (BENETI, 2008, p. 06).

Acredita-se, assim, que no setor sucroenergético brasileiro, as F&As ocorridas e que vêm ocorrendo envolvem os três tipos existentes: as horizontais; as verticais, que são as predominantes; e os conglomerados. Todavia, quanto ao objetivo final, o mesmo fica bastante claro: *o controle total do setor com vista a ampliar a acumulação de capital em nível mundial*.

Para Mandel (1985), o processo de centralização internacional do capital pode e deve ser entendido como uma tentativa desse em quebrar as históricas barreiras do Estado-nação na busca do desenvolvimento das companhias multinacionais, e essas mudanças normalmente dão ênfase dentro do próprio imperialismo no sentido de fortalecer as exportações de máquinas, equipamentos e veículos etc. Por isso, ele deve ser visto como resultado 'orgânico' do desenvolvimento do capitalismo em seu estágio mais avançado. Este processo tende, na maioria das vezes, a privar a assim chamada burguesia 'nacional' de seu

domínio na indústria manufatureira. Com isso, ganha destaque a combinação de capital público, privado e estrangeiro que passa a ser uma das mais importantes características da fase tardia do imperialismo ou do neocolonialismo.

No entanto, para Samir Amim, “[...] ainda assim, não se pode falar de um fato multinacional autônomo, independente dos Estados. O papel de uma firma multinacional é estreitamente determinado pela estratégia do centro imperialista do qual ela depende” (AMIN, 1977, p. 119-121).

Octávio Ianni (1995) em *Teorias da globalização*, diz que desde a sua origem, o capitalismo caminhou no sentido de tornar-se um modo de produção internacional. Alcançou isso por meio da construção de processos amplos, capaz de ultrapassar as fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influenciando, assim, feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações, ou seja,

Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global [...] Trata-se de um processo civilizatório que “invade todo o globo”, envolve “o intercâmbio universal” e cria as bases de “um novo mundo”, influenciando, destruindo ou recriando outras formas sociais de trabalho e vida, outras formas culturais e civilizatórias. [...] Nessa perspectiva, a sociedade global pode aparecer complexa e evidente, caótica e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento (IANNI, 1995, p. 136-161).

Neste sentido é que Ianni (1995) percebe a formação de uma sociedade global, embora, cheia de contradições, pois ao mesmo tempo em que a globalização integrava, também fragmentava, mudando, assim, completamente a geoeconomia e a geopolítica, em nível mundial.

Diante do que foi exposto, embora existam diversos caminhos que podem ser percorridos, optamos pelas abordagens de Chesnais (1996) sobre o conceito de mundialização do capital. É ela que nos ajuda a compreender o setor sucroenergético brasileiro. Isso porque,

O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os

mercados (e também as formas de mercado) internos, até mesmo nos países mais fortes. A mundialização do capital apresenta-se, portanto, como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (CHESNAIS, 1996, p 06).

É por meio dessa abordagem, da *mundialização do capital e financeira* que podemos entender as diferentes tramas envolvendo a estrangeirização do setor sucroenergético brasileiro, que ocorre por meio do IED. Foi a partir das condições criadas pelas políticas econômicas de natureza neoliberal, tendo como base o chamado “Consenso de Washington” que o setor sucroenergético brasileiro foi desregulamentado.

Após sua desregulamentação e devido aos fatores externos e internos, o setor sucroenergético vem passando das mãos de capitalistas nacionais para os internacionais. Também fica evidente que o capitalismo firmou e/ou está firmando alianças com a burguesia nacional e internacional e o próprio Estado. Esse último, por sua vez, criou as condições para que o capital internacional aqui chegasse.

Por estes motivos, partilhamos da ideia de François Chesnais (1999), que referindo-se à *fase* atual do capitalismo que o mundo está vivenciando, afirma que a *fase* é de mundialização financeira e do capital. Para o autor, aspectos importantes da fase de mundialização do capital devem ser considerados, especialmente os investimentos externos diretos (IEDs). Para ele, o IED suplantou o comércio exterior e caracteriza-se pelo alto grau de concentração dentro dos países.

Mas, alerta Chesnais (1999), se o capitalismo monopolista transnacional exerce sua dominação política e social na esfera das mercadorias, o mesmo não acontece no movimento de acumulação de capital. Por isso, outro ponto importante a ser observado, nesta *fase* atual do capitalismo, é: quem comanda a economia? Quem dita às regras no movimento de acumulação de capital? Quem está no topo da hierarquia? Segundo Chesnais, a hegemonia e o comando são do capital financeiro, das instituições financeiras. São elas que ditam as regras de seu funcionamento e de acumulação de capital. No entanto, no mundo das mercadorias, o comando é dos grupos transnacionais.

Para Chesnais (1999), por detrás de todo esse processo, está o comando exercido pelas poderosas instituições financeiras: bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo. São esses investidores que vêm se tornando os proprietários-acionários dos grupos de investimentos, inclusive no setor sucroenergético. Esses, por sua vez, são proprietários possuidores de estratégias desconhecidas da exigência

da produção industrial e extremamente agressivas no plano do emprego e dos salários. São esses grupos os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Seguindo na mesma linha de raciocínio de Chesnais, Oliveira (2015) – no entanto, incluindo nas abordagens da mundialização de capital a categoria território – afirma que a mundialização do capital significou a reorganização espacial na medida em que as empresas se estabelecem em redes, cadeias de cooperação e firmam alianças com parceiros nacionais, resgatando o pensamento liberal e atuando “no sentido de monopolizar ou mesmo cartelizar o mercado” (OLIVEIRA, 2015, p. 284). Essas são as condições para repor os níveis de expansão e acumulação do capital, segundo o autor.

Diante dos referenciais abordados acima, fica claro que existe no setor sucroenergético uma nova configuração da acumulação capitalista no campo brasileiro, constituído a partir dos investimentos externos diretos (IEDs) que levam à estrangeirização do setor no Brasil e, conseqüentemente, à concentração e centralização.

Também fica claro que esse fenômeno é parte do processo de mundialização e de territorialização do capital multinacional monopolista, pois essa mundialização derrubou barreiras e, com isso, permitiu a territorialização do capital no setor sucroenergético por meio dos IEDs nos processos de F&As, entre outros. Todo esse processo provocou transformações profundas no setor sucroenergético brasileiro, levando à (re)estruturação do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que se verificou, pode-se afirmar que o setor sucroenergético brasileiro, desde o ano 2000, vem sofrendo uma profunda e acelerada internacionalização dos seus ativos e da produção e, conseqüentemente, o mesmo vem passando por uma estrangeirização de suas atividades. Explicação para esse fenômeno encontra-se no processo de mundialização do capital. É a partir daí que podemos entender as diferentes tramas envolvendo a estrangeirização do setor que ocorre por meio dos IEDs em F&As. Cabe destacar que foi a partir das condições criadas pelas políticas econômicas de natureza neoliberal que o setor sucroenergético brasileiro foi desregulamentado.

Após sua desregulamentação e devido aos fatores externos e internos, o setor sucroenergético vem passando das mãos de capitalistas nacionais para os internacionais. Diante disso, fica claro que o capitalismo firmou e/ou está firmando alianças com a

burguesia nacional e internacional e o próprio Estado. Esse último, por sua vez, criou as condições para que o capital internacional chegasse ao setor.

Seguindo na mesma linha de raciocínio de Chesnais, Oliveira (2015) – no entanto, incluindo nas abordagens da mundialização de capital a categoria território – afirma que a mundialização do capital significou a reorganização espacial na medida em que as empresas se estabelecem em redes, cadeias de cooperação e firmam alianças com parceiros nacionais, resgatando o pensamento liberal e atuando no sentido de monopolizar ou mesmo cartelizar o mercado. Essas são as condições para repor os níveis de expansão e acumulação do capital, segundo o autor.

Diante desse cenário, fica evidente que existe no setor sucroenergético uma nova configuração da acumulação capitalista no campo brasileiro, constituído a partir dos IEDs e dos processos de F&As que levam à estrangeirização do setor no Brasil. Também fica claro que esse fenômeno é parte do processo de mundialização do capital multinacional monopolista, pois essa mundialização derrubou barreiras e, com isso, permitiu a territorialização do capital no setor sucroenergético.

Esse processo vem provocando uma reorganização espacial, em que as empresas, especialmente as multinacionais do setor sucroenergético, estão formando redes ou cadeias de cooperação, ou seja, estão firmando alianças com parceiros nacionais e internacionais e, com isso, resgatando o pensamento liberal, atuando no sentido de monopolizar tanto o mercado como a produção, com o objetivo claro de repor os níveis de expansão e acumulação do capital, chegando-se, assim, a uma *nova fase* do imperialismo.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S. **A Crise do Imperialismo**. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Revista FEE**, v. 36, n. 4 (2009).

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA, Francisco Vidal. Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 17-38, abril/junho 2003.

CANO, Marcelo. **O recente processo de fusões e aquisições na economia brasileira**. 164 f. Dissertação de Mestrado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

-
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Rio de Janeiro: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização financeira**. São Paulo, Xamã VM Ed. Graf. Ltda., 1998.
- CHESNAIS, François (org.) **A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- GAUGHAN, Patrick A. Mergers. **Acquisitions, and Corporate Restructuring**. 3 ed. New York: John Wilwey & Sons, Inc., 2002.
- IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. 4ª edição, Rio de Janeiro, 1997. Civilização Brasileira.
- KPMG - Corporate Finance Ltda. **Fusões e aquisições - 1º trimestre de 2016**. <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/fusoes-aquisicoes-1trim-2016.pdf>>
- LACERDA, Antônio Corrêa de [et al.]. **Economia brasileira**. Organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. 4º. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Nova cultural, 1985.
- MICHALET, Charles. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MICHALET, Charles. **O que é mundialização**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; ZILBERMAN, David. **Production of Ethanol from Sugarcane in Brazil. From State Intervention to a Free Market**. 43. ed. New York: Springer, 2014. v. 1. 221p.
- MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. Texto para Discussão nº 49. Rio de Janeiro: BNDES, Área de Planejamento Departamento Econômico, DEPEC, out. 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. <[10.11606/ issn.2179-0892.geosp.2015.102776](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776)>.
- REGO, José Márcio (org). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RODRIGUES, Rute Imanishi. **Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: Os Casos dos Ramos de Autopeças e de Alimentação/Bebidas em Meados dos Anos 90**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão no. 622, Brasília, 1999.
- UNICA. **Produção e uso do etanol combustível no Brasil**: respostas as questões mais frequentes. 2007. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/etanol/producao_etanol_unica.pdf. Acesso em: 08/10/2015

Altair Bunde - Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Catalão; doutorado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG); professor de Economia Brasileira do curso de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus de Santana do Livramento (RS); Líder do Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território - GEISAT cadastrado no CNPq.

Recebido para publicação em 17 de abril de 2020.

Aceito para publicação em 21 de maio de 2020.

Publicado em 25 de maio de 2020.